

Pedro Lains, L'Économie portugaise au XIX^e siècle. Croissance économique et commerce extérieur, 1851-1913, Paris-Montréal, L'Harmattan, 1999, 206 páginas.

O livro de Pedro Lains procura explicar o como e o porquê do desenvolvimento económico português entre meados do século XIX e a primeira guerra mundial, ou seja, no período do grande processo modernizador das sociedades ocidentais. Na esteira metodológica da «nova história económica», de recente arraigamento em Portugal, o autor procura avaliar «o potencial do crescimento económico» português baseando-se num critério endógeno e pondo em jogo com meritória profusão — e precisão — dois recursos fundamentais: o da análise quantitativa e o da perspectiva comparada.

Os resultados, incluídos nos dois primeiros capítulos, traçam um panorama que, se não é precisamente risonho, tão-pouco se aproxima do pessimismo da historiografia económica tradicional. Embora o autor não hesite em situar a posição portuguesa por volta de 1913 numa «segunda periferia» — ou «terceira Europa» —, partilhando o último vagão com os países balcânicos, sublinha também a existência de um crescimento *per capita* positivo, muito moderado (cerca de 0,8% ao ano), mas nada menosprezável. A indústria cresce a um ritmo mais que duas vezes superior ao da agricultura (2,3% entre 1854 e 1911, contra os 0,94% da

agricultura entre 1852 e 1903) e fá-lo de um modo bastante contínuo, ou seja, sem grandes inflexões, por oposição à produtividade agrícola, que experimenta marcadas oscilações ao longo do período em questão.

Estes comportamentos encerram um importante significado, já que contrariam anteriores pontos de vista. Assim, Pedro Lains não detecta nem o salto industrializador dos anos 70 (bem pelo contrário) nem as mais lisonjeiras magnitudes do avanço dos anos 90 (ainda que comprove um relativo desenvolvimento). Do mesmo modo, os dados do autor sobre a evolução da agricultura também não coincidem com anteriores avaliações, já que a produção agrícola terá crescido a um ritmo superior depois, e não antes, da crise das exportações de finais dos anos 80, contraindo-se, pelo contrário, na primeira década do século XX.

Tudo isto implica uma revisão explicativa do comportamento económico português no período em questão. O sector externo não terá sido, nem de perto, o grande responsável pela prosperidade ou pela desgraça da economia nacional, pela simples razão de que o seu peso foi muito menor do que se supunha. A indústria, que se desenvolveu sobretudo apoiada no mercado interno, foi auspiciada durante todo o período por tarifas de impacto real mais bem proteccionista. A evolução das importações, fundamentais para o desenvolvimento industrial, não dependeu tanto das exportações agrárias como de outros fluxos financeiros (entradas de capi-

tal, remessas dos imigrantes e, a partir dos anos 90, reexportações coloniais) que actuaram amiúde de forma alternativa. Os mercados estrangeiros de produtos agrícolas não constituíram, portanto, a chave da evolução económica do país, e tão-pouco do próprio comportamento do sector, que, graças à procura de cereais, cresceu justamente mais no período de contracção exportadora (desde finais dos anos 80) e só a partir de inícios do século começou a declinar devido às limitações intrínsecas derivadas do carácter extensivo da produção. Ademais, não é absolutamente certo que a relação de causalidade entre exportações e crescimento económico se tenha processado das segundas para o primeiro, e não vice-versa, já que, em última análise, a crise das exportações agrícolas portuguesas a partir de finais dos anos 80 foi o resultado da «incapacidade para promover mudanças estruturais na economia nacional», como demonstra o autor, referindo a feliz solução que os países escandinavos encontraram para o mesmo problema.

A conclusão de Pedro Lains é que, na grande época da industrialização europeia, Portugal, seguindo no vagão da «terceira Europa», cresceu também, de forma modesta, mas contínua. A explicação deste reduzido desenvolvimento não nos remete para a clássica tese da «dependência» histórica relativamente ao «centro» do capitalismo — ou seja, a potência britânica dominante —, dado que o sector externo teve um peso muito menor na economia do país do

que tradicionalmente se supunha. Muito pelo contrário, as possibilidades e os limites do crescimento nacional foram fundamentalmente *endógenos*, já que dependiam do mercado interno, e devem ser relacionados com o «nível relativo de desenvolvimento do país» no início do período em questão. Por conseguinte, as possíveis alternativas de política económica, cuja virtualidade o autor não nega em absoluto, deixavam, porém, escassa margem de manobra. Em suma, não havia mais cera do que aquela que ardia, e, já que aquela que ardeu não foi de todo menosprezável («em 1913 a garrafa estava meio-vazia, mas também estava meio-cheia»), as convencionais abordagens decadentistas, baseadas na perspectiva da «dependência externa», devem ser objecto de uma séria correcção, pelo menos no que toca às magnitudes da história económica.

O livro de Pedro Lains, que combina de modo esplêndido a densidade documental com a brevidade e a claridade expositivas (uma característica que nós, os leigos, apreciamos sempre neste tipo de trabalhos), dedica, além disso, algumas esclarecedoras páginas ao enquadramento da sua tese na historiografia económica portuguesa. O leitor compreende de imediato o marcado contraste — de certa forma paralelo àquele que se verifica na historiografia espanhola — entre uma corrente interpretativa, com raízes no próprio século XIX, que tende a enfatizar os factores *exógenos* e políticos do atraso português, e outra muito mais recente, na

qual o autor se inscreve (na linha de estudos anteriores, como os de Jaime Reis), abertamente revisionista, que procura os seus fundamentos numa metodologia empírica de carácter quantitativo.

Esta segunda abordagem oferece, sem dúvida, visíveis flancos à crítica histórica. Num recente — e, certamente, magnífico — livro¹, Fernando Rosas recordou três: a historicidade da própria «teoria económica neoclássica», em que esta metodologia se fundamenta, os riscos de aplicação anacrónica ao passado de indicadores económicos da actualidade e, sobretudo, a tendência para marginalizar os variados, complexos e influentes factores não económicos (como, por exemplo, políticos) na explicação da história da economia. Tudo isto fornece matéria abundante e séria de reflexão e debate, o que, em última instância, constitui a mesmíssima essência (aberta e controversa) do conhecimento histórico. Mas é também evidente que, depois da *ofensiva* de rigor empírico lançada por trabalhos como o que aqui nos ocupa, a historiografia económica portuguesa instalou-se numa fase de relativa abundância, rico debate e estimulante reconsideração — ao ponto de começar já a ultrapassar as fronteiras do país, entrando no mercado intelectual europeu, como demonstra esta edição francesa da tese de doutoramen-

to que Pedro Lains defendeu há sete anos no Instituto Universitário Europeu de Florença e que publicou em 1995 no seu próprio país. Pena é que esta edição francesa não incorpore o importante apêndice documental que consta da edição portuguesa.

HIPÓLITO DE LA TORRE GÓMEZ

Isabel Salavisa Lança (org.), Isabel Salavisa Lança, Manuel Mira Godinho, Luísa Oliveira, Helena Carvalho, Teresa Calapez, Cristina Sousa, Andrew Hill, Maria João Major, José Almeida da Silva, A Indústria Portuguesa — Especialização Internacional e Competitividade, Oeiras, Celta Editora, 2000, 184 páginas.

O sentimento que predomina, após ler os nove textos que compõem este livro, é o de desejar que dentro de alguns anos surja uma nova edição, actualizada. Acontece que se levantam aqui questões decisivas para o nosso bem-estar económico — basicamente a competitividade da indústria portuguesa, «entendida como capacidade de disputar mercados e neles manter posição ou ganhar posição» (p. 1). A análise realizada vai até 1996; mas muitas das preocupações suscitadas por este trabalho só terão

¹ Fernando Rosas, *Salazarismo e Fomento Económico. O Primado do Político na História Económica do Estado Novo*, Lisboa, Editorial Notícias, 2000.